



O Hospital Estadual da Criança é referência em pediatria na Bahia

Terceirização prejudica mais um hospital

Com os salários de maio e junho atrasados, os médicos do Hospital Estadual da Criança (HEC), localizado em Feira de Santana, fizeram uma paralisação que teve início no dia 4 de julho e foi finalizada no dia 26 do mesmo mês. Nesse período, só houve atendimento de casos emergenciais. O fim da greve se deu após negociação com a Sesab, quando foi confirmado o pagamento dos salários em atraso e estabelecido o dia 20 como data limite para os repasses dos meses subsequentes.

Francisco Magalhães, presidente do Sindimed, conta que existe uma ação civil contra o Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (IMIP),

Administração do Hospital Estadual da Criança passa de mão em mão e falhas continuam

empresa que assumiu, em 2013, a administração do hospital, pedindo o passivo diante do calote praticado, e que o setor jurídico do sindicato está acompanhando de perto.

O acordo, até o momento, está sendo cumprido. Os médicos receberam os salários referentes aos meses de maio e junho e o pagamento de julho, na data

acordada. Outra exigência era que se regulamentasse a contratação de prestação de serviços dos profissionais com a Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil, atual empresa gestora. O corpo clínico informou que “a cláusula para a elaboração do contrato foi discutida entre eles e está sendo apresentada ao setor jurídico do hospital. Em seguida, pretende-se discutir a contratação através de carteira assinada”. Os profissionais decidiram que, caso os salários voltem a ser repassados com atraso, retomarão a paralisação.

REFERÊNCIA NA BAHIA

O HEC trabalha com equipe mul-



tidisciplinar, que inclui Fonoaudiologia, Nutrição, Psicopedagogia, Terapia Ocupacional e outros. Além disso, oferece atendimento em diversas especialidades, dentre elas, Cirurgias, Pediatria Clínica e Ortopedia. É um hospital de estrutura nova e de boa acessibilidade, além de portar serviço de emergência, o que lhe confere um grande diferencial.

A unidade tem grande capilaridade e a ausência de atendimento no período da greve (que teve duração de 23 dias) conferiu considerável déficit ao suporte de Saúde prestado à região, que alcança pacientes vindos de 70 municípios, com atendimento ambulatorial de 100 pacientes por dia, em média.

O médico que compõe a equipe na referida instituição, Lucas Nunes, conta que a unidade abrange toda a Bahia, recebendo transferências de pacientes

de Barreiras, Vitória da Conquista, Eunápolis, Porto Seguro, Ribeira do Pomal, Alagoinhas, Monte Santo, Macaúbas, Ibotirama, Bom Jesus da Lapa, entre outras cidades, e até de fora do Estado, como Petrolina. “É um hospital de grande importância para a Bahia, considerando que ele atende praticamente todas as cidades do Estado e é específico em pediatria, atendendo em diversas especialidades”.

Deste modo, qualquer movimento de paralisação tem um forte impacto na saúde da população. “Na primeira semana de greve, considerando o histórico de anos anteriores, apenas na emergência, calculamos uma média de menos 400 atendimentos. O que é bem ruim, visto que não se tem um hospital com essa característica em especialização para crianças e com tanta infraestrutura. Sem contar o número de transferência de pacientes da UTI e para cirurgias. Infelizmente tivemos que chegar a esse ponto para que a situação calamitosa do atraso de salários fosse regularizada”, desabafa o médico.

A situação torna-se ainda mais gra-

ve se levarmos em conta que o público negligenciado é o de crianças. O Sindimed entende este caso como um exemplo das tantas consequências negativas que o vínculo empregatício firmado por via da terceirização pode ter como desdobramento. São impactos negativos tanto para o profissional quanto para a população, que fica sem atendimento. Assim mostra-se a fragilidade que permeia este tipo de vínculo, efetivamente, como algo que não dá certo, pois impede que o sistema de Saúde como um todo desempenhe sua função social: acolher as demandas de saúde da população e valorizar os trabalhadores.

Parece que esta função é esquecida e suprimida aos valores mercantis que tendem a desumanizar o serviço de Saúde, como também a relação com os médicos, caracterizando a ausência de princípios respeitosos com a sociedade.

O Dr. Lucas Nunes ressalta, ainda, a importância de compreender o médico enquanto trabalhador da Saúde. “É preciso que a empresa de contratação também o trate como trabalhador de Saúde, a partir de uma relação



O Sindimed esteve acompanhando de perto as reuniões durante a greve



Durante o movimento, os médicos estiveram organizados realizando assembleias

formalizada e cumprindo as regras de forma de contratação deste trabalhador”, posiciona-se.

A “pejotização”, quando os médicos mantêm seus vínculos associados à pessoa jurídica, tem se tornado comum. As vantagens ilusórias de maior liberdade profissional e tributação inferior em relação a quem está submetido aos acordos da CLT mascaram a realidade da perda de direitos trabalhistas e inseguranças contratuais.

É reforçado, portanto, que no momento em que o governo fomenta a terceirização e “pejotização”, criando métodos de incentivo para que o profissional acredite ser esta a melhor opção, já não está priorizando a saúde da população, muito menos a valorização do profissional, que, por sinal, também faz uso deste sistema, pensado, meramente, no sistema de Saúde como uma forma de gerar lucro.

DE GESTÃO EM GESTÃO

Desde a sua abertura, há seis anos,

a unidade já passou por quatro gestões. Nesses trâmites indelicados de troca de gerência, os profissionais são tratados com descaso e sofrem com problemas advindos da fragilidade contratual, principal marca do fenômeno de mercantilização.

Francisco Magalhães ressalta que o Sindimed tem grande preocupação em relação ao caso do Hospital da Criança, “que vem encolhendo a cada dia mais, diminuindo o número de leitos, passando de terceirizada por terceirizada, desde a sua criação”. Além disso, o presidente do Sindimed teme que a crise financeira do Martagão Gesteira possa refletir no Hospital da Criança, piorando a sua situação. Estas unidades são de grande atuação no Estado e a diminuição gradual dos seus setores pode desestruturar gravemente o serviço de pediatria prestado à população.

Durante a greve, além da exigência dos salários em atraso, os profissionais do HEC reivindicaram por melhores condições de trabalho e mudanças con-

tratuais para a carteira assinada (CLT). Chama atenção o fato de a unidade ter passado por tantas gestões em tão pouco tempo de funcionamento. São longas datas de calotes e atrasos de salário, apesar do curto tempo de existência. Dentre as empresas estão o Instituto Sócrates Guanaes, o Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (IMIP) e a atual, a Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil.

“A terceirização é um problema enfrentado por médicos. Precisamos discutir e rever este modo de contratação por parte da Sesab. Tenho uma posição favorável à contratação via CLT, mas sei que é uma discussão que precisa ser levada adiante, pois existem colegas que não têm a mesma opinião. Mas, sem dúvidas, traz mais garantias e esse tipo de situação de greve, que muitas vezes é motivada por essa insegurança contratual, pode ser evitada e trazer benefícios para o atendimento da população e fortalecimento do SUS”, pontua Lucas.